

# DÍVIDA: A CAMINHO DA RENEGOCIAÇÃO

Delfim Neto viajou ontem à noite para a Europa. Vai tentar o aval do FMI para renegociar a dívida com bancos e organismos internacionais.

O ministro Delfim Neto embarcou ontem à noite para a Europa, com dois objetivos: obter autorização do diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional, Jacques de Larosière, para renegociar a dívida junto a bancos e organismos internacionais; iniciar as conversações com o "Clube de Paris" (países da Europa e Japão), com o mesmo objetivo.

A informação foi dada ontem em Brasília pelo ministro Ernane Galvães, ao confirmar que o governo não pretende propor uma renegociação dos juros, para não ganhar a má vontade dos banqueiros. Por sua vez, o deputado Sérgio Filomeno (PDS-CE) disse ter ouvido do presidente Aureliano Chaves, com quem esteve ontem, que o País deve ter "fé e confiança" na retomada do desenvolvimento, porque o problema da dívida externa está equacionado.

No entanto, não é esta a opinião dos empresários sobre o projeto de moratória anunciado por Galvães. O governo quer 11 anos de prazo, com dois a três anos de carência, para pagamento do principal, e nada paga para os juros. A opinião geral é que o prazo é insuficiente e é indispensável incluir os juros, até mesmo para deixá-los fixos em níveis baixos, uma vez que as atuais taxas, além de elevadas, deverão subir nos próximos meses, em razão da instabilidade da economia mundial.

Ontem, o ministro da Fazenda previu que em 1984 o País gastará US\$ 11,2 bilhões só com juros — o que corresponde ao gasto de quase 50% da receita de exportações, sem que se amortize um único centavo do principal.

No entanto, pelo que Galvães disse ontem, a atual política continuará intocada: o governo não vai propor novos prazos para pagamento dos juros, porque esta é uma decisão que não depende do Brasil e sim dos banqueiros internacionais. Estes, segundo o ministro, preferem emprestar mais recursos (o que aumenta a dívida e os juros) para que o País pague os juros, do que dar mais prazo. E o ministro acha que os banqueiros estão certos: "Não faz diferença se eles dão dinheiro e você financia".

Insistindo em que a questão dos juros é muito delicada para os banqueiros, Galvães lembrou as negociações do projeto 2 (rolagem da dívida), em que o governo obteve US\$ 4,6 bilhões para amortização dos juros, dizendo que existem outras maneiras de fazer a mesma coisa. Ou seja, nada mudou na política de pagamento da dívida.

Dentro do mesmo espírito, o governo vai tratar separadamente da renegociação junto aos bancos e ao "Clube de Paris". Com o "Clube", Delfim tentará negociar US\$ 500 milhões para este ano e US\$ 1 bilhão para o próximo. As autoridades ainda não sabem o que vão negociar os bancos, disse Galvães.

Delfim Neto embarcou ontem à noite para Paris, acompanhado de dois assessores, e usando de todos os recursos para despistar a imprensa. Ele preferiu viajar pela Air France (vôo 094, decolagem às 22h30), apesar de haver um aparelho de bandeira nacional, da Varig, decolando com o mesmo destino às 21h45. E isto só para evitar escalas em Belém e no Porto; o vôo da Air France ia direto ao destino.

## Moratória negociada

Em Porto Alegre, o presidente da Federação das Associações Comerciais gaúchas, César Rogério Valente, voltou a defender uma "moratória negociada em termos amplos. À medida que o tempo avança, confirma-se esta necessidade imperiosa, pelo fato de a dívida ser impossível de pagar".

— Citaria (o deputado) Pratini (de Moraes), que agora está fazendo a defesa pública dessa negociação, o senador Roberto Campos (PDS-MT), o próprio (ministro) Camilo Pena e outros vários escalaões da área política que a defendem. Não existe possibilidade de o Brasil pagar a sua dívida no prazo combinado. Estamos com US\$ 2 bilhões atrasados; em setembro serão US\$ 4 bilhões. Isto dá a prova de que não adianta persistir no erro. Querer pagar a dívida como está montada, mesmo com o FMI (Fundo Monetário Internacional), é absolutamente impossível — disse César Valente.

A convivência de altos índices de inflação com recessão é a prova "inequívoca do fracasso da política econômica". A liberação do crédito e a queda nas taxas de juros são medidas necessárias para acabar com a recessão. "Se isto vai criar inflação maior, é absolutamente secundário. O que nós queremos, em termos empresariais, é que nos deixem trabalhar."

O presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs), Luiz Octávio Vieira, acredita que "dentro de algumas semanas" começará as negociações de governo a governo, para que os governos comprem os respectivos bancos privados os títulos de crédito contra o Brasil e estabeleçam novos critérios para o resgate desses papéis, a longo prazo. Quando esteve nos Estados Unidos, em junho, a idéia foi lançada pelo banqueiro Félix Rohatyn, do Lazard Frères, e começou a ser discutida a nível de governo, em Washington. Ligando este fato às declarações do deputado Marcus Vinícius Pratini de Moraes (PDS-RS), e à informação sobre a viagem do ministro Delfim Neto à Europa, Vieira concluiu que este tipo de negociação não deve demorar.

A ameaça de fim do reajuste semestral de salários, caso o Decreto 2.045 não seja aprovado pelo Congresso, não tem valor, garantiu Luiz Vieira. "No Rio Grande, pelo menos, as empresas vêm dando reajuste trimestrais ou quadrimestrais desde muito antes da instituição oficial da semestralidade".